

# OPINIÃO E DEBATE

## *Diretrizes para a implantação do novo currículo pleno de Comunicação Social*

### I – Introdução

Debater/elaborar criticamente o currículo significa submetê-lo a uma crítica radical. E crítica radical não é aquela que imobiliza, mas aquela que busca conhecer intenções latentes e alternativas para subverter estas intenções. Portanto crítica radical do currículo é, ao mesmo tempo, visão crítica dos currículos existentes propostas e alternativas críticas a eles, alternativas possíveis de realização.

### II – Currículo/Curso

A discussão do currículo não pode ser feita como se fosse a discussão de uma coisa sem vida e distante. Normalmente as polêmicas curriculares atêm-se ao debate dos conteúdos ( em verdade, rótulos ) e tempos, como algo que não dissesse respeito à ( nossa ) vida. Este modo de discutir/elaborar currículo não é e não pode ser o modo crítico de debater/elaborar currículo. Porque ainda que o curso seja necessariamente algo maior que o currículo, este é como que o “esqueleto” do curso. Um “esqueleto” definidor das responsabilidades, dos tempos e dos espaços de professores e alunos. Portanto determinante de nossa vida e de nossa vida universitária. Daí que a relação entre currículo e curso é cristalina e estreita. **Discutir criticamente currículo significa discuti-lo em sua relação necessária com o curso e com a vida.**

### III – Habilitações

A escolha das habilitações para ser feita de forma rigorosa, portanto crítica, deve levar em conta os seguintes critérios: 1 – vontade, expressa livre e democraticamente, de professores e alunos; 2 – necessidade, adequadamente detectada, da habilitação para a região ( necessidade aqui inclui mercado de trabalho, mas não reduz a ele ); 3 – avaliação dos equipamentos existentes e da possibilidade de lutar e conquistar os equipamentos mínimos necessários à habilitação e 4 – avaliação dos recursos humanos ( professores, técnicos, funcionários ) disponíveis e da possibilidade de ampliá-los e/ou qualificá-los.

### IV – Quantidade de disciplinas

Os currículos existentes, em geral, caracterizam-se por um desdobramento exagerado de matérias em disciplinas e pela inclusão local de outra quantidade grande de disciplinas. Quanto mais disciplinas – conhecimentos fragmentados – “melhor” o curso. Visão puramente bancária/quantitativa, com efeitos prejudiciais para alunos – fragmentação/desarticulação do conhecimento, aumento das obrigações escolares e superficialidade das disciplinas – e professores – dispersão, isolamento etc. **Reagir criticamente a esta situação implica determinar um número pedagogicamente satisfatório de disciplinas por semestre e por curso.**

## V – Disciplinas obrigatórias e optativas

Ao lado do exagerado número de disciplinas os currículos/cursos caracterizam-se pela obrigatoriedade da quase totalidade das disciplinas. As chamadas disciplinas optativas são quase inexistentes (percentual mínimo em relação às obrigatórias) e/ou mascaram disciplinas que a rigor são obrigatórias (ainda que muitas vezes não formalmente). Isto denuncia um ensino impositivo e autoritário, onde a possibilidade de escolha é tornada coisa secundária e a distinção essencial entre obrigatoriedade e opção pegada no lixo.

**Opor-se criticamente a isto conduz a ampliação do espaço de escolha/liberdade de professores e alunos, portanto do espaço das disciplinas optativas, como diretriz indispensável para a implantação do currículo.** Estas disciplinas devem implicar: 1 – maior responsabilidade do aluno na construção de seu currículo pleno; 2 – melhor direcionamento de sua formação; 3 – maior flexibilidade/profundidade do trabalho docente e 4 – maior facilidade de adequação do curso/currículo às exigências de tempo/espaço. Por outro lado, como a resolução do “novo” currículo mínimo, seguindo a má tradição dos anteriores, impõe um número excessivo de matérias e, por consequência, de disciplinas (por exemplo, um mínimo de 24 disciplinas para a habilitação do jornalismo) e como neste exagerado rol podem estar incluídos aqueles conteúdos realmente essenciais para o curso de comunicação; com base nisto portanto, **acredito um critério crítico fundamental para a elaboração do novo currículo pleno que a complementação local do currículo se faça exclusivamente com base em disciplinas optativas.**

## VI – Formas de organização das disciplinas e transmissão de seus conteúdos

Os currículos/cursos atuais e inclusive o “novo” currículo mínimo são profundamente marcados pelo privilégio quase absoluto da forma disciplinar “aula/sala de aula”, aliás quase

sempre tornada a única atividade passível de atribuição de créditos. O aprendizado/ensino/curso/universidade se reduzem a forma (ritual) “aula/sala de aula”. No entanto o aprendizado/ensino/curso/universidade não devem/podem se reduzir a isto. Fora da “aula/sala de aula”, o movimento estudantil, o movimento cultural da universidade etc. são elementos fundamentais do viver/aprender/fazer curso e universidade. Mas esta redução é também altamente criticável do ponto de vista da aprendizagem/ensino formal. Porque reduzir toda atividade creditável à “aula/sala de aula”? Porque reduzir todas as formas possíveis de organização das disciplinas e de transmissão de seus conhecimentos à ritual “aula/sala de aula”? É preciso destruir esta concepção de currículo, curso, universidade e ensino. **É preciso que uma diretriz crítica para a implantação do novo currículo seja a pluralidade e adequação das formas aos conteúdos disciplinares e a flexibilidade das formas consideradas possíveis de crédito.**

Também atualmente os cursos/currículos se caracterizam, além da superficialidade, fragmentação, e “grande quantidade” de conteúdos, por uma repetição e desarticulação dos conteúdos disciplinares. Quase que só formalmente existem os requisitos. Quase que só formalmente o curso/currículo é uma “junção” de disciplinas. A rigor o curso/currículo começa/encerra-se em cada disciplina. **É necessário, tanto quanto possível, que o debate/elaboração curricular crie o curso, enquanto conteúdos articulados.** Para isto são fundamentais formas de articulação como pré e co-requisitos (que realmente funcionem), blocos disciplinares e/ou disciplinas “integradas”. No caso dos blocos sugere-se um grupo de professores responsáveis por um grupo de disciplinas de conteúdo aproximado ou complementar. No das disciplinas “integradas” o que se pretende é a não fragmentação desta em várias disciplinas, mas o trabalho coletivo de professores numa disciplina com grande carga-horária e conteúdo amplo. Por fim é de grande validade para a articulação dos conteúdos que os programas disciplinares sejam

discutidos por todos os professores do curso a cada semestre e que os programas das disciplinas obrigatórias sejam elaboradas e revistas pelo grupo de professores do respectivo bloco disciplinar, o que, pelo menos como projeto, faria que as chamadas disciplinas obrigatórias tivessem um conteúdo similar independente do professor momentaneamente responsável para cada uma delas. Já as disciplinas optativas deveriam ter preferencialmente seus conteúdos/programas renovados a cada semestre, com base em elaboração individual do professor momentaneamente responsável pela disciplina. Mas também estes programas deveriam ser aprovados pelo colegiado semestralmente.

## VII – Conteúdos

Para não dizer que não falei de conteúdos, indico rapidamente os conteúdos gerais que julgo necessários ao curso/currículo de comunicação: 1 – instrumentos/elementos teóricos capazes de permitir análises da sociedade; 2 – instrumentos/elementos teóricos que possibilitem análises da comunicação; 3 – informação e análises dos problemas contemporâneos, especialmente do Brasil e do estado/região, estando aí incluídos os aspectos econômicos, sociais, políticos, culturais e de comunicação; 4 – conhecimento teórico e técnico/prático dos campos de comunicação englobados nas habilitações. Para uma definição mais pormenorizada dos conteúdos devem ser vistos minhas sugestões contidas nos textos: “Novo Currículo: Proposta Um (Tronco Comum)” e “Novo Currículo: Proposta Dois (Habilitação em Jornalismo)”. Além disso é bom frisar a possibilidade ampla de conteúdos diversos com o aumento da área optativa do currículo, conforme indicações anteriores.

## VIII – Equipamentos e Recursos Humanos

Os recursos humanos – sejam pro-

fessores, técnicos ou funcionários – são indispensáveis para que as diretrizes até aqui sugeridas possam concretizar-se. Sem recursos humanos em quantidade e qualidades satisfatórias e sem os equipamentos mínimos necessários, o currículo não passa de uma reunião de talvez belas palavras. Mas além disto acredito que algumas medidas nesta área poderiam ajudar a implantação e a execução do novo currículo pleno, tais como: 1 – abertura para que todos os professores do curso, independente dos departamentos em que estejam lotados, debatam os assuntos do curso, mesmo quando houver entraves burocráticos; 2 – organizar os professores com base nos blocos de disciplinas; 3 – buscar integração maior dos professores de departamentos (que não o de comunicação) no curso, através de sua participação nos debates do curso, trabalho docente mais contínuo e com maior carga-horária etc.; 4 – rotatividade dos professores responsáveis por disciplinas no interior dos blocos sempre que desejável; 5 – Incentivo ao intercâmbio entre professores de uma mesma disciplina de outros cursos de comunicação; 6 – incentivo à qualificação dos docentes, com organização das prioridades pedagógicas do curso.

Quanto aos equipamentos não só é necessário listar os existentes, como lutar/conquistar os equipamentos mínimos necessários e sua manutenção, via pessoal técnico qualificado e recursos.

## IX – Currículo e setores de apoio

Aqui essencial a listagem de todos aqueles setores de apoio, pessoal ou em termos de equipamento, para de forma organizada buscar seus auxílios na implantação e execução do novo currículo pleno de comunicação.

Antonio Albino Canêlas Rubim  
(da Universidade Federal da Paraíba)